

3 Ata da segunda sessão da Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças
4 (APAF) do Sistema Conselhos de Psicologia, iniciada às nove horas e vinte e dois
5 minutos, do dia quinze de dezembro de dois mil e treze, convocada na forma que dispõe
6 o Regimento Interno da APAF, na sede do Conselho Federal de Psicologia, em Brasília
7 - Distrito Federal. Participaram desta sessão as seguintes delegações: Aluizio Lopes de
8 Brito, Deise Maria do Nascimento e Monalisa N. dos Santos Barros, delegados do CFP;
9 Sandra Maria Francisco de Amorim e Ana Luíza Castro, suplentes do CFP; Cynthia R.
10 Correa Araujo Ciarallo e Sueli Francisca Vieira, delegadas do CRP 01; Ingrid Pereira
11 Quintão e Edmar Carrusca de Oliveira, suplentes do CRP 01; José Hermes de Azevedo
12 Junior e Murilo Tolêdo Calafange, delegados do CRP 02; Liliane Alves da Luz Teles e
13 Clarissa Paranhos Guedes, delegadas do CRP 03; Victor Brandão Ribeiro, suplente do
14 CRP 03; Roberto Chateaubriand Domingues, Marília de Oliveira e Ricardo Moretzsohn,
15 delegados do CRP 04; Elaine M. do C.Z. Dias de Souza e Marisa Estela Sanabria
16 Bourman, suplentes do CRP 04; José Novaes, Alexandre Trzan Avila e Janne Calhau
17 Mourão, delegados do CRP 05; Cristiano Rodrigues de Freitas e Maria da Conceição
18 Nascimento, suplentes do CRP 05; Elisa Zaneratto Rosa, Adriana Eiko Matsumoto e
19 Graça Maria de Carvalho Camara, delegadas do CRP 06; Luis Fernando de Oliveira
20 Saraiva e Sandra Elena Sposito, suplentes do CRP 06; Alexandra Maria Campelo
21 Ximendes, Zuleika Kohler Gonzales e Ligia Hecker Ferreira, delegadas do CRP 07;
22 Cristiane Bens Pegoraro e Anderson Laurindo da Silva Comin, suplentes do CRP 07;
23 Cleia Oliveira Cunha, Maria Stella Aguiar Ribeiro e Guilherme Bertassoni da Silva,
24 delegados do CRP 08; Liliane Ocalxuk e Rosângela Maria Martins, suplentes do CRP
25 08; Wadson Arantes Gama e Gerley Lopes Cardoso, delegados do CRP 09; Sandra
26 Valéria Nogueira Alves Silva e Eriko Netto de Lima, suplentes do CRP 09; Jureuda
27 Duarte Guerra, delegada do CRP 10; José Maria de Abreu Mattos Neto e Maria Eunice
28 Figueiredo Guedes, suplentes do CRP 10; Elton Alves Gurgel e Luana Leão Cunha,
29 delegados do CRP 11; Jaira Terezinha da Silva Rodrigues e Fabrício Antonio Raupp,
30 delegados do CRP 12; Anderson Luis Schuck e Igor Schutz dos Santos, suplentes do
31 CRP 12; Ana Sandra Fernandes e Helga Hofmann, delegadas do CRP 13; Norma
32 Celiane Cosmo, delegada do CRP 14; Renan da Cunha Junior e Irma Macário, suplentes
33 do CRP 14; José Félix Vilanova Barros e Nilo Rosalvo Calheiros Borba, delegados do
34 CRP 15; Hildicéia dos Santos Affonso, delegada do CRP 16; Cleilson Teobaldo dos
35 Reis, suplente do CRP 16; Rodrigo Costa de Oliveira, delegado do CRP 17; Danielle
36 Cristine Araujo de Andrade, suplente do CRP 17; Luiz Guilherme Araujo Gomes,
37 delegado do CRP 18; Marisa Helena Alves, suplente do CRP 18; Adriano Ferreira
38 Barros, delegado do CRP 19; Alberto de Jesus Orge Rocha, suplente do CRP 19;
39 Gibson Alves dos Santos e Magaly Silva de Oliveira, delegadas do CRP 20; Ilmar Costa
40 Lima, suplente do CRP 20; Palônia Andrade Arrais, delegada do CRP 21; Hivana
41 Raelcia Rosa da Fonseca, suplente CRP 21; Nelma Pereira da Silva, delegada CRP 22;
42 Moara de Oliveira Gamba, suplente do CRP 22; Tássio de Oliveira Soares, delegado do
43 CRP 23, Eduardo Fagner Machado de Pinho, suplente do CRP 23. Antes de iniciar os
44 trabalhos da APAF, o conselheiro Aluizio Lopes de Brito e as conselheiras Ana Luíza
45 Castro, Monalisa Barros e Deise Nascimento anunciaram o lançamento de quatro
46 publicações, a saber: "A verdade é Revolucionária: o depoimento de psicólogos e
47 psicólogas sobre a Ditadura Civil Militar Brasileira", "Suicídio: Desafios para a
48 Psicologia", "Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogos e Psicólogas em
49 Políticas Públicas sobre Álcool e Outras Drogas" e "Psicologia uma Profissão de Muitas
50 e Diferentes Mulheres". Todas disponíveis no site do CFP para download. Quanto à
51 publicação "A verdade é Revolucionária: o depoimento de psicólogos e psicólogas
52 sobre a Ditadura Civil Militar Brasileira", o conselheiro Aluizio Lopes de Brito

informou que a Comissão Nacional de Direitos Humanos em conjunto com as Comissões Regionais de Direitos Humanos realizou um mapeamento de psicólogos e psicólogas que foram presos, torturados, exilados durante o período da Ditadura Militar, entrevistou essas pessoas, resgatou essas vozes silenciadas por tanto tempo e organizou esse livro de mais de 700 páginas de testemunhos vivos. Quanto ao livro "Suicídio: Desafios para a Psicologia", a conselheira Monalisa Barros relatou que essa publicação é fruto de dois debates realizados pelo CFP: um debate foi intitulado "Suicídio: uma questão de saúde pública e Desafio para a Psicologia Clínica", realizado no dia 24 de julho de 2013, atingiu 3.017 pontos conectados e contou com a participação da Soraia Carvalho Rigo, Nilson Berenchein Netto e da Blanca Werlang que nos deixou há um mês vitimada por um câncer; o outro debate foi chamado de "Suicídio: o luto dos sobreviventes", realizado no dia 21 de agosto de 2013, atingiu 3.784 pontos conectados e contou com a participação do Marcelo da Silva Araújo Tavares, da Lúcia Cecília da Silva e do Carlos Coloma. A conselheira Monalisa Barros informou que o lançamento oficial desse livro acontecerá na sede do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, no dia 18 de dezembro, às 18hs, e a expectativa é que o livro sirva de referência para os psicólogos que atuam na área, na formação de Políticas Públicas e que buscam dar assistência a questão do suicídio com análises sociais e psicológicas aprofundadas. Ao final de sua fala, sugeriu que os CRPs também realizem lançamentos regionais do livro, em especial, aqueles CRPs em que há autores do livro em suas regiões. Em relação a "Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogos e Psicólogas em Políticas Públicas sobre Álcool e Outras Drogas", a conselheira Ana Luiza Castro esclareceu que o objetivo da pesquisa foi produzir referências baseadas na defesa dos Direitos Humanos e na perspectiva da redução de danos na atenção aos usuários em situação de abuso de álcool e outras drogas. O ciclo de pesquisa teve início em 2009 e foi composta por etapa nacional descritiva, aplicação de questionário online que foi respondido por 345 voluntários, pesquisa de campo nos CRPs, reuniões específicas, grupos fechados e entrevistas. Em seguida, foi feita a análise preliminar de dados e o relatório da pesquisa foi disponibilizado para consulta pública, por meio de um debate online realizado no dia 16 de outubro de 2013, recebeu 25 contribuições individuais e em grupo. Assim, o documento foi finalizado e está disponível no site do CFP para toda a categoria. Sobre o livro "Psicologia uma Profissão de Muitas e Diferentes Mulheres", a conselheira Deise Nascimento elucidou que trata-se de publicação da etapa qualitativa da Pesquisa da Mulher que objetivou mostrar quem são as psicólogas, como vivem, o que pensam, a forma como atuam na profissão, refletir sobre os possíveis efeitos desse comportamento na atividade profissional da Psicologia, ou seja, como a intervenção de uma profissão de muitas e diferentes mulheres impacta na construção de conhecimento e na Psicologia. Concluídos os lançamentos das publicações, a mesa diretora da APAF foi composta pela delegada Monalisa Nascimento dos Santos Barros, representando o CFP; pela delegada Elisa Zaneratto Rosa, representando o CRP-06; e pelo delegado Anderson Laurindo da Silva Comin, representando o CRP-07. A presidente da mesa, Elisa Zaneratto, informou que há muitos pontos a serem discutidos na pauta do dia, por isso, será conduzida uma rodada de cinco inscrições por ponto e cada pessoa terá três minutos para se pronunciar. Caso o plenário não se sinta esclarecido, será aberta mais uma rodada para debates. Em seguida, conferiu a delegação para o primeiro ponto. **7.1. GT SOBRE INTERNAÇÃO FORÇADA DE USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS (ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS).** Participaram do ponto: CFP: Aluizio Lopes de Brito, Monalisa Nascimento dos Santos Barros e Ana Luiza de Souza Castro; CRP-01: Edmar Carrusca de Oliveira e Sueli Francisca Vieira; CRP-02: José Hermes de Azevedo Junior e Murilo Tolêdo Calafange; CRP-03: Clarissa Paranhos



103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150

Guebes e Liliâne Alves da Luz Teles; CRP-04: Elaine Maria do Carmo Zanola Dias de Souza, Marília de Oliveira e Roberto Chateaubriand Domingues; CRP-05: José Novaes, Maria da Conceição Nascimento e Cristiano Rodrigues de Freitas; CRP-06: Eliza Zaneratto Rosa, Adriana Eiko Matsumoto e Sandra Elena Esposito; CRP-07: Alexandra Maria Campelo Ximendes, Cristiane Bens Pegoraro e Anderson Laurindo da Silva Comin; CRP-08: Guilherme Bertassoni da Silva, Cléia Oliveira Cunha e Maria Stella Aguiar Ribeiro; CRP-09: Sandra Valéria Nogueira Alves Silva e Wadson Arantes Gama; CRP-10: Jureuda Duarte Guerra; CRP-11: Elton Alves Gurgel e Luana Leão Cunha; CRP-12: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues e Anderson Luis Schuck; CRP-13: Ana Sandra Fernandes e Helga Hofmann; CRP-14: Norma Celiane Cosmo; CRP-15: não participou do ponto; CRP-16 Cleilson Teobaldo dos Reis; CRP-17: Rodrigo Costa de Oliveira; CRP-18: Luiz Guilherme Araújo Gomes; CRP-19: Adriano Ferreira Barros; CRP-20: Magaly Silva de Oliveira e Gibson Alves dos Santos; CRP-21: Palônia Andrade Arrais; CRP-22: Nelma Pereira da Silva; CRP-23: não participou do ponto. Foi dada a palavra à delegada do CFP, Ana Luiza de Souza Castro, que apresentou o ponto contextualizando o tema Álcool e Drogas desde os manicômios históricos, passando pela luta antimanicomial que surgiu em 1987, o relatório final da Conferência de Saúde de 1988, os avanços da década de 90 com a criação da Rede de Atenção Psicossocial estruturada em unidades de serviços comunitários, os Centros de Atenção Psicossocial - CAPS, a reinserção social e a não segregação, até o retrocesso, a nova loucura do século XXI, os toxicômanos, a lógica da proibição, a política higienista, o tratamento baseado na abstinência, o alijamento da vontade do usuário, o desrespeito aos direitos humanos e o PL 37/2013 que acrescenta e altera dispositivos a Lei 11.343 para tratar do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, dispor sobre a obrigatoriedade da classificação das drogas, introduzir circunstâncias qualificadoras dos crimes previstos nos art. 33 a 37, definir as condições de atenção aos usuários, ou dependente de drogas e dá outras providências. A delegada informou que a justificativa do PL propõe melhorar a estrutura do atendimento aos usuários ou dependentes de drogas e suas famílias, e tratar com mais rigor os crimes que envolvam drogas de alto poder para causar dependência. Entretanto, as desvantagens do PL são: assegura a possibilidade de internações forçadas; reconhece apenas serviços que trabalham no viés da abstinência, negando uma estratégia de tratamento eficaz e mundialmente utilizada que é a redução de danos; garante nos chamados programas de reinserção social vagas no sistema de ensino e de trabalho apenas se o postulante abster-se do uso de drogas; cria uma possibilidade de pagamento, com recursos públicos, de internações em estabelecimentos privados; propõe remuneração aos membros dos Conselhos de Políticas sobre Drogas em suas três instâncias; desconhece e desrespeita o protagonismo e a opinião dos usuários, alijando-os de todo o processo metodológico empregado na avaliação e acompanhamento dos serviços oferecidos pelas instituições financiadas; entre outros inúmeros equívocos e controvérsias. Nesse momento, foi apresentado o vídeo Gentrificação: Cidades Segregadas que é o 6º episódio da série Álcool e Outras Drogas. Dando continuidade à sua fala, a delegada Ana Luiza abarcou a questão das comunidades terapêuticas e as ações do Sistema Conselhos de Psicologia desde 2010, em especial, o relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos e os Locais de Internação para os Usuários realizada em 2011. Ao final, explicou que em dezembro de 2012 foi criado o GT Internação Forçada, composto pelos CRPs 3, 4, 5, 6, 8, 9, 15 e o CFP com o principal objetivo de produzir minuta de documento para subsidiar a orientação e a fiscalização nesse campo. Entretanto, a tarefa não foi realizada porque membros do GT questionaram se o fato de orientar o trabalho de psicólogos em instituições que violam os direitos humanos não acabaria por reconhecer uma prática que é repudiada pelo

[Handwritten signatures and initials on the left margin]

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

Sistema, além de haver necessidade de discutir mais o assunto, dado a sua complexidade. Foi apresentado somente um documento para subsidiar a construção do Instrumento de Orientação, na APAF de maio de 2013. Por fim, ressaltou que o PL 37/2013 entrou na pauta do dia 17 de dezembro de 2013, terça-feira. Nesse instante, a delegada Monalisa Barros sugeriu ler alguns encaminhamentos propostos pela Reunião entre Presidentes e verificar se contemplam a necessidade da APAF. A presidente da mesa leu a proposta da Reunião entre Presidentes e abriu as inscrições. Os delegados concordaram com os encaminhamentos da Reunião entre Presidentes e a delegada Monalisa Barros sugeriu separar as orientações aos CRPs das tarefas do GT. A delegada Adriana Eiko Matsumoto sustentou que, apesar dos critérios para financiamento das Comunidades Terapêuticas estarem mais rígidos, as verbas públicas estão sendo enviadas de forma fragmentada, via Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD, Sistema Único da Assistência Social, por exemplo. Diante disso, sugeriu realizar uma ação nacional para discutir essas questões que são caras do ponto de vista da democracia e das garantias constitucionais. Além disso, lembrou que vários órgãos do campo da justiça têm entendido que Comunidades Terapêuticas não são estabelecimentos de saúde, portanto, não podem ser local de internação, que por sua vez, tem que ser cumprida conforme a lei 10.216/01. Por fim, informou que há muitos argumentos que ajudam avançar sobre a questão do financiamento e até a pensar em uma ação declaratória. A delegada Alexandra Campelo lembrou que as críticas às Comunidades Terapêuticas não é apenas pela questão do acolhimento das internações compulsórias, mas também pelo modo de funcionamento e as regulamentações propostas no Projeto de Lei. Assim, o posicionamento do Sistema Conselhos de Psicologia não se opõe apenas às Comunidades Terapêuticas, mas também às casas de acolhimento ou serviços do tipo de longa permanência de usuários de drogas em uma descrição que permita ter uma complacência que acompanha as diferentes nomenclaturas e as atualizações desse modo de cuidado. A delegada defendeu também que é preciso priorizar a revisão dos critérios de inscrições de pessoas jurídicas no Sistema Conselhos de Psicologia. Ainda na primeira rodada, outros delegados corroboraram a necessidade de acompanhar o repasse de verbas; incluir no debate a situação das pessoas em privação de liberdade haja vista que é possível ter alternativas penais dentro do escopo de criação de saúde e de direitos humanos; apoiar as discussões do RAPS, posicionando-se contra as Comunidades Terapêuticas; acompanhar a questão das alterações do Código Penal e fiscalizar os CAPS AD que foram revertidos em CAPS AD III. A segunda rodada de inscrições foi aberta e nesse bloco foi reforçado que o Sistema Conselhos de Psicologia deve continuar se posicionando contra as Comunidades Terapêuticas, especialmente contra o financiamento público; verificar a possibilidade de uma ação conjunta com o Conselho Federal de Serviço Social e a SENAD para o assunto ser abordado também pela Assistência Social e pela Justiça; manter a Frente Nacional de Entidades pela Cidadania, Dignidade e Direitos Humanos na Política Nacional sobre Drogas - FNDDH uma vez que as Comunidades Terapêuticas representam os manicômios no Brasil; realizar Seminários nos Conselhos Regionais de Psicologia em Parceria com o Sistema Único de Saúde - SUS, Sistema Único de Assistência Social - SUAS e Justiça; articular força que contrapõe o PL. Nesse momento, foi solicitado esclarecimentos sobre a situação atual do PL 37/2013. O Olmar Klich, assessor parlamentar do CFP, esclareceu que o projeto foi apresentado na Câmara dos Deputados pelo Osmar Terra, em 2010, e, atualmente, encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. Após essa comissão, o projeto será apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Educação, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Direitos Humanos - CDH. O projeto está

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures and initials on the left margin]

203 muito diferente do texto original, haja vista que recebeu alterações da Comissão
204 Especial, do Plenário da Câmara dos Deputados e um substitutivo do senador Antônio
205 Carlos Valadares que, por sua vez, ouviu várias entidades, inclusive o Conselho Federal
206 de Psicologia, e está tentando construir uma proposta de consenso. Sobre as mudanças
207 no projeto, a proposta do Senado é que a atividade de conselheiro não seja remunerada e
208 as comunidades terapêuticas não façam internações, apenas acolhimentos voluntários. A
209 desvantagem dessa tramitação é que, após aprovação no Senado, o PL volta para a
210 Câmara dos Deputados que tem a primazia para escolher se concorda com a alteração
211 do Senado ou se vai ficar com a versão aprovada na Câmara e enviada ao Senado. Ao
212 final, o Olmar Klich alertou que é importante o Sistema Conselhos de Psicologia levar
213 uma alteração concreta, indicando o problema e a solução. Em seguida, a presidente da
214 mesa diretora, abriu mais uma rodada apenas para discutir ações imediatas em relação
215 ao enfrentamento do PL do Osmar Terra. O delegado Cristiano Rodrigues de Freitas
216 sugeriu criar um grupo de trabalho para ler o projeto de lei visando encontrar brechas no
217 texto para fazer alterações que considere as ações de saúde, os protocolos e combata a
218 perspectiva judicial que é uma das faces do problema. A delegada Adriana Eiko
219 Matsumoto sugeriu incluir no diálogo outros coletivos que também estão se debruçando
220 no tema, mapear os senadores que, porventura, pedirem vistas do projeto para diálogo, e
221 se possível contato "corpo-a-corpo"; solicitar audiência pública; e, fazer novo material
222 para distribuição. O delegado Aluizio Lopes de Brito alertou que o GT deverá realizar
223 uma reunião telefônica, na segunda ou terça-feira, com o objetivo de estudar o PL e dar
224 redação adequada aos pontos problemáticos, antes da reunião do Senado. Sem mais
225 inscitos, a mesa diretora conferiu os encaminhamentos. Foi acordado manter o GT
226 Nacional para rever critérios de inscrição de pessoa jurídica; propor ação nacional para
227 discutir o assunto; construir um documento orientador para os psicólogos que trabalham
228 em instituições de privação; criar critério de fiscalização nacional com argumentos que
229 compatibilizem a prática e a ética. Foi recomendado ao GT Nacional discutir os
230 resultados que o modelo de atenção psicossocial tem produzido (Centro de Atenção
231 Psicossocial - CAPS, Consultórios de Rua, Unidades de Atendimento Básico, entre
232 outros), os resultados que as Comunidades Terapêuticas têm produzido e o investimento
233 em cada modelo a partir da pesquisa realizada pelo Sr. Áquila Mendes para o CFP; e,
234 aprofundar o entendimento acerca das alternativas penais. Ao Sistema Conselhos de
235 Psicologia foi recomendado incrementar o controle social em relação ao financiamento
236 por diferentes áreas da política pública; atuar fortemente contra o PL do Osmar Terra e
237 iniciativas de justiça terapêutica presentes na revisão do Código Penal; aprovar,
238 fortalecer e fazer ações conjuntas com a FNDDH; realizar ações conjuntas com o
239 Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, para o enfrentamento do financiamento
240 público pelo SUAS. Para responder ao PL do Osmar Terra (PLC 37/2013) foi sugerido:
241 criar um grupo de trabalho específico para indicar os problemas do PL e fazer reunião
242 telefônica em 16 ou 17/12/13; levantar a lista dos senadores da comissão em que o PL
243 está para tentar impedir a votação na terça; CFP e CRPs devem pedir audiência pública
244 no Senado e fazer corpo a corpo no Congresso Nacional distribuindo material sobre o
245 tema. Para o GT do PL foram dadas as seguintes tarefas: criar argumentos claros em
246 relação ao texto, apontando as controvérsias do artigo e sugestões de mudanças;
247 convidar a FNDDH para participar das ações; realizar reunião telefônica do GT (16 ou
248 17/12/13) para analisar o texto e propor redação ao PL. Em regime de votação, os
249 encaminhamentos foram aprovados por unanimidade. Dando continuidade ao ponto, a
250 mesa diretora abriu inscrições para composição do GT Nacional e do GT do PL do
Osmar Terra. Então, o GT Nacional foi composto pelos CRPs_01, 02, 05, 06, 07, 09, 10,
11, 16 e o CFP. O GT do PL do Osmar Terra foi composto pelos CRPs 01, 03, 06, 07,

[Handwritten signatures and initials on the left margin]

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

09 e o CFP. Com a composição do GT concluída, a mesa diretora leu a relação dos membros da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal para que cada Estado articule com os seus senadores. Por fim, devido a urgência de realizar uma reunião telefônica entre os membros do GT do PL do Osmar Terra, foi solicitado que cada CRP informe o nome do seu representante a um funcionário do CFP. O ponto foi encerrado e passou-se à discussão do GT Laicidade e Psicologia. **7.2. GT LAICIDADE E PSICOLOGIA.** Participaram do ponto: CFP: Aluizio Lopes de Brito, Monalisa Nascimento dos Santos Barros e Ana Luiza de Souza Castro; CRP-01: Cynthia Rejanne Correa Araujo Ciarallo e Sueli Francisca Vieira; CRP-02: José Hermes de Azevedo Junior e Murilo Tolêdo Calafange; CRP-03: Victor Brandão Ribeiro e Liliane Alves da Luz Teles; CRP-04: Ricardo Figueiredo Moretzsohn, Marília de Oliveira e Roberto Chateaubriand Domingues; CRP-05: Jane Calhau Mourão, Maria da Conceição Nascimento e Cristiano Rodrigues de Freitas; CRP-06: Eliza Zaneratto Rosa, Luis Fernando de Oliveira Saraiva e Sandra Elena Esposito; CRP-07: Alexandra Maria Campelo Ximendes, Zuleika Kohler Gonzales e Lígia Hecker Ferreira; CRP-08: Liliane Ocalxuk, Cléia Oliveira Cunha e Rosângela Maria Martins; CRP-09: Sandra Valéria Nogueira Alves Silva e Wadson Arantes Gama; CRP-10: Maria Eunice Figueiredo Guedes; CRP-11: Elton Alves Gurgel e Luana Leão Cunha; CRP-12: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues e Anderson Luis Schuck; CRP-13: Ana Sandra Fernandes e Helga Hofmann; CRP-14: Norma Celiane Cosmo; CRP-15: José Felix Vilanova Barros e Nilo Rosalvo Calheiros Borba; CRP-16 Cleilson Teobaldo dos Reis; CRP-17: Rodrigo Costa de Oliveira; CRP-18: Marisa Helena Alves; CRP-19: Alberto de Jesus Orge Rocha; CRP-20: Magaly Silva de Oliveira e Gibson Alves dos Santos; CRP-21: Hivana Raelcia Rosa da Fonseca; CRP-22: Nelma Pereira da Silva; CRP-23: Tássio de Oliveira Soares. A palavra foi passada a delegada do CFP, Ana Luiza de Souza Castro, para apresentação do ponto. A delegada explicou que desde o ano de 2012, o CRP-06 propôs um debate sobre religiosidade e laicidade da Psicologia e do Estado Brasileiro. Na época, o CFP concordou com a necessidade de realizar essa discussão e publicou a Nota Pública sobre Psicologia e a Religiosidade no Exercício Profissional. Na APAF de dezembro/2012 foi constituído o GT Laicidade e Psicologia, composto pelo CFP e CRPs 02, 04, 06, 08, 09, 13 e 20 para reafirmar a laicidade da psicologia e reconhecer que a constituição das subjetividades pode ter relação com a transcendência/espiritualidade; elaborar estratégias e eixos da discussão; e, propor intervenções sobre o tema para a APAF de maio de 2013. Tendo em vistas esses objetivos, em 2013, o GT realizou três reuniões telefônicas e avançou nas discussões sobre as questões da laicidade da psicologia, bem como no reconhecimento à diversidade de crenças, às produções subjetivas, à transcendência e à espiritualidade. O assunto foi pautado na APAF de maio de 2013, que por sua vez, aprovou vários encaminhamentos, em especial: divulgar a nota técnica "Psicologia Religião e Espiritualidade" e criar hotsite sobre o tema. A delegada informou também que o assunto foi discutido na Reunião entre Presidentes, realizada no dia treze de dezembro de 2013, na qual novas ações foram sugeridas, a saber: manter o GT Laicidade e Psicologia e centrar esse tema no Sistema Conselhos de Psicologia; verificar no vídeo do Estado Laico se a duração das falas dos representantes das diferentes religiões estão igualmente distribuídas; inserir no vídeo do Estado Laico mais argumentos da ciência psicológica e rever as falas de representantes religiosos que desrespeitem outras religiões; criação de mais vídeos sobre Laicidade e Psicologia abarcando a transversalidade do tema com outros assuntos e incluindo outros segmentos; refletir mais sobre a Laicidade e Psicologia a partir do Código de Ética da Psicologia; construir uma metodologia no Sistema Conselhos de Psicologia para qualificar o debate sobre

Laicidade e Psicologia, por exemplo, a realização de seminários nos Estados; levar a discussão da Laicidade e Psicologia para as universidades; suprimir o item 10 e retirada da palavra "oficial" no item 13 da nota técnica "Psicologia, Religião e Espiritualidade"; e, que os CRPs busquem, na medida do possível, participar das discussões do Movimento Estratégico pelo Estado Laico - MEEL. Em seguida, foi apresentado o vídeo "Estado Laico e Liberdade Religiosa" da série "Psicologia e Diversidade" e abriram-se as inscrições. A delegada Monalisa Nascimento dos Santos Barros sugeriu que o tema seja de âmbito dos projetos unificados com o financiamento da conta divulgação e que o vídeo "Estado Laico e Liberdade Religiosa" não seja alterado, evitando trabalho e pagamento dobrado para o mesmo vídeo, que inclusive, teria que ser justificado ao TCU. O delegado Luis Fernando de Oliveira Saraiva defendeu a necessidade de construir uma política nacional, orgânica e estruturada para o Sistema Conselhos, articulando todos os Conselhos Regionais, fazendo frente às especificidades de cada região. Ainda, considerar essa discussão em uma discussão mais ampla, haja vista que movimentos fundamentalistas atacam a garantia de direitos humanos, sobretudo, relacionada às questões étnico-raciais, diversidades sexuais e gêneros; e, articular com entidades da psicologia e outras entidades como o Olé, o Observatório de Laicidade do Estado, o MEEL, a Comissão Nacional dos Direitos Humanos - CNDH a fim de unir forças, em vez de criar um enfrentamento paralelo. A delegada Maria Eunice Figueiredo Guedes informou que o CRP-10 já realizou debates em universidades e entidades diversas, como o Movimento de Mulheres e a OAB; e, ainda estão construindo o MEEL no Estado do Pará. A delegada indicou que os debates sejam ampliados, incluindo grupos religiosos que não são fundamentalistas, por exemplo, igrejas luteranas de matriz africana, anglicanas, que não rezam pelas cartilhas fundamentalistas. A delegada Jaira Terezinha da Silva Rodrigues destacou a importância de separar o apoio ao Estado Laico e Movimentos Sociais da frente da Psicologia e Estado Laico, haja vista que é necessário pensar as práticas em que os psicólogos atravessam as suas práticas com suas crenças. Concluídas as falas da primeira rodada, a mesa diretoria informou que haviam inscritos para a segunda rodada. O plenário concordou com a continuidade do debate. A delegada Cynthia Rejanne Correa Araújo Ciarallo informou que o CRP-01 tem acolhido as Reuniões do MEEL e irá hospedar o site do MEEL. A delegada explanou que muitas pessoas têm dificuldade de fazer cisão entre a Ciência e Religião devido às suas experiências religiosas e por considerarem a Religião um elemento de identidade. Dessa forma, é preciso ter cuidado ao se discutir essas questões. Por fim, a delegada sugeriu que em todos os recursos audiovisuais haja legenda para as pessoas com deficiência e que o Sistema Conselhos produza um documento que gere uma carta de compromissos dos parlamentares em relação à laicidade. Nessa rodada, outros delegados concordaram com a necessidade da Psicologia e Laicidade ser mantida em discussão, abarcando a transversalidade do tema com Alcool e Outras Drogas, Diversidade Sexual, Relações Raciais, por exemplo, e evitando que a espiritualidade se torne um imperativo como condição de saúde das pessoas. Sugeriram: criar um vídeo que mostre a interdisciplinaridade do tema; produzir um documento com orientações aos psicólogos; buscar aproximação com grupos religiosos não fundamentalistas ou grupos que se predisponham a conversar, deixando claro que não se pretende simplesmente estabelecer conflitos; e, que os vídeos do GT Laicidade e Psicologia sejam aprovados em APAF antes da publicação. Em seguida, a presidente da mesa diretora, Eliza Zaneratto Rosa, conferiu todos os encaminhamentos elencados pela mesa de apoio e abriu novas inscrições para, somente, falas de defesa ou contrárias aos encaminhamentos. Nesse momento, houve intenso debate sobre a alteração do vídeo "Estado Laico e Liberdade Religiosa" já que se trata de uma

353 produção do CFP que já está publicada e que a APAF não tem gerência. Concluiu-se
354 que o vídeo "Estado Laico e Liberdade Religiosa" deve ser mantido como publicado.
355 Outro ponto bastante discutido foram as atividades do GT Laicidade e Psicologia.
356 Vários delegados se manifestaram reafirmando a continuidade do GT para defender a
357 separação da Psicologia e questões religiosas; considerando os princípios norteadores:
358 podendo elaborar a sua forma de trabalhar; utilizando material já produzido para
359 levantar novas discussões, atentando-se às diferenças conceituais entre espiritualidade,
360 religiosidade e laicidade; e fazendo Seminários Regionais, incluindo as entidades que
361 podem auxiliar a melhorar argumentos e o diálogo com a sociedade. Finalizados os
362 debates, foram aprovados os encaminhamentos que seguem. O tema - Laicidade e
363 psicologia - será do âmbito dos projetos unificados com o financiamento da conta
364 divulgação 2. O GT será mantido com as seguintes tarefas: considerar as decisões do
365 VIII Congresso Nacional de Psicologia sobre o assunto; construir uma política nacional
366 para o tema com articulação com outros parceiros, entidades da psicologia, outros
367 movimentos sociais (MEEL e OLE, etc) e instituições; construir uma estratégia para
368 tornar o tema central e transversal do Sistema com reflexões sobre a Laicidade,
369 Psicologia e Código de Ética; construir metodologia que qualifique o debate com a
370 realização de seminários, incluindo as universidades. Também foram aprovadas as
371 seguintes sugestões de estratégias para o GT: criar mais vídeos sobre laicidade e
372 psicologia abarcando a transversalidade do tema com as questões étnico-raciais, de
373 gênero, diversidade, saúde mental e outras relevantes no atual cenário brasileiro,
374 cuidando para que contenha mais argumentos da ciência psicológica e que as falas de
375 representantes religiosos não desrespeitem outros seguimentos; aprovar os vídeos em
376 APAF e garantir acessibilidade, nos vídeos, por meio de legendas; produzir documento
377 que gere carta de compromissos com candidatos, em articulação com a sociedade civil e
378 movimentos sociais. Quanto às sugestões para o CFP, foi combinado: modificar a nota
379 técnica com exclusão de palavra "oficial" no item 13 da nota técnica "Psicologia,
380 Religião e Espiritualidade" e retirar o item 10; recomendação para que os CRPs
381 participem e apoiem o MEEL; recomendação para diálogo com grupos religiosos e
382 movimentos religiosos não fundamentalistas e outros movimentos abertos a esse
383 diálogo; e, solicitação de audiências públicas nas casas legislativas. Como princípios
384 para debates foi acordado que a espiritualidade deve ser respeitada como campo
385 diferente à Psicologia e que podem conviver mutuamente; e, que a espiritualidade não
386 pode ser vista como condição de saúde. Ao final, o GT foi recomposto com os
387 integrantes: CRPs 01, 04, 05, 06, 07, 10, 16, 20 e CFP. Em seguida, a presidente da
388 mesa diretora, Eliza Zaneratto Rosa, combinou nova ordem de discussão dos pontos. A
389 saber: GT da Revisão da Política de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos de
390 Psicologia com o ponto Estudo de Conciliação e Ética, GT para Evidenciar a Resolução
391 CFP nº 18/2002, GT Produtos da II Mostra, Crepop, Resolução que cria especialidade
392 em residência em Psicologia da Saúde, Revisão da Resolução 001/2002, Criança e
393 Adolescente e CBP. Nesse momento, foi dado o intervalo para o almoço às treze horas.
394 A Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) retornou às
395 catorze horas e vinte minutos. **7.3. REVISÃO DA POLÍTICA DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA E ESTUDO DE CONCILIAÇÃO E ÉTICA.** Participaram do ponto: CFP: Aluizio Lopes de Brito, Monalisa Nascimento dos Santos Barros e Deise Maria do Nascimento; CRP-01: Cynthia Rejanne Correa Araujo Ciarallo e Sueli Francisca Vieira; CRP-02: José Hermes de Azevedo Junior e Murilo Tolêdo Calafange; CRP-03: não participou do ponto; CRP-04: Elaine Maria Do Carmo Zanola Dias de Souza, Marília de Oliveira e Roberto Chateaubriand Domingues; CRP-05: Alexandre Trzan Ávila e Cristiano Rodrigues de

403 Freitas; CRP-06: Eliza Zaneratto Rosa, Luis Fernando de Oliveira Saraiva e Graça
404 Maria de Carvalho Camara; CRP-07: Alexandra Maria Campelo Ximendes, Zuleika
405 Kohler Gonzales e Lígia Hecker Ferreira; CRP-08: Cleia Oliveira Cunha, Maria Stella
406 Aguiar Ribeiro e Guilherme Bertassoni da Silva; CRP-09: Sandra Valéria Nogueira
407 Alves Silva e Ériko Netto de Lima; CRP-10: Maria Eunice Figueiredo Guedes; CRP-11:
408 Elton Alves Gurgel e Luana Leão Cunha; CRP-12: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues e
409 Anderson Luis Schuck; CRP-13: Ana Sandra Fernandes e Helga Hofmann; CRP-14:
410 Irma Macário; CRP-15: não participou do ponto; CRP-16: Hildicéia dos Santos
411 Affonso; CRP-17: Rodrigo Costa de Oliveira; CRP-18: Luiz Guilherme Araújo Gomes;
412 CRP-19: Alberto de Jesus Orge Rocha; CRP-20: Magaly Silva de Oliveira e Ilmar
413 Costa Lima; CRP-21: Palônia Andrade Arrais; CRP-22: não participou do ponto; CRP-
414 23: não participou do ponto. A palavra foi passada ao delegado Aluizio Lopes de Brito
415 que recordou que o objetivo desse grupo de trabalho é adequar a Política de Orientação
416 e Fiscalização em relação aos Direitos Humanos, como princípio do Estado
417 Democrático de Direito, e privilegiar a orientação ao invés da punição. O Grupo de
418 Trabalho encaminhou um roteiro para os Conselhos Regionais descreverem suas
419 sugestões. O roteiro apresentava quatro eixos, a saber: Eixo 1 – Discussão Política sobre
420 Fiscalização e Orientação; Eixo 2 – Questões jurídico-legais do Sistema Conselhos;
421 Eixo 3 – Processos formativos; e, Eixo 4 – Relação com a sociedade e usuários da
422 Psicologia. Algumas sugestões foram recebidas, entretanto, o delegado destacou que, na
423 sua opinião, o trabalho do GT ficou prejudicado devido às diversas agendas que
424 precisaram ser cumpridas (CNP, eleições, mudança dos Plenários, entre outros) e
425 impossibilitaram que os Conselhos Regionais realizassem uma discussão mais
426 aprofundada sobre o tema. Diante disso, a Assessoria Jurídica do CFP, com base nas
427 ponderações dos CRPs, construiu duas resoluções para apreciação dessa APAF: minuta
428 de resolução sobre Termo de Ajustamento de Conduta – TAC e minuta de resolução
429 com Revisão no Manual Unificado de Orientação e Fiscalização – MUORF. Ao final de
430 sua fala, o delegado Aluizio Lopes de Brito, sugeriu que o GT seja recomposto para
431 atender melhor a tarefa. Em seguida, a presidente da mesa diretora, Eliza Zaneratto
432 Rosa, passou a palavra para o delegado Luiz Fernando de Oliveira Saraiva apresentar o
433 objetivo do ponto Estudo de Conciliação e Ética, pautado pelo CRP 06. O delegado
434 esclareceu que esse assunto foi discutido na APAF de dezembro de 2012, na qual ficou
435 acordado a realização de uma oficina com o CFP e os CRPs para apropriação do tema.
436 Essa oficina não foi realizada, no entanto, o CRP 06 fez um estudo sobre a conciliação
437 nos processos éticos, no qual, concluiu-se que 8% das representações feitas dizem
438 respeito a situações de infrações éticas de baixa gravidade que podem ser solucionadas
439 mediante processos de conciliação, estimado em até um ano, ao invés de manter o
440 processo ético que dura cerca de quatro a cinco anos para ser julgado e se torna
441 anacrônico na vida dos profissionais e usuários dos serviços de Psicologia. O delegado
442 Luiz Fernando de Oliveira Saraiva destacou que os processos de conciliação não são
443 apenas uma questão procedimental, mas envolve uma discussão de que o Sistema
444 Conselhos de Psicologia entende como ética, pelo cumprimento ético e das funções da
445 autarquia. O delegado deixou claro que, para o CRP – 06, o Termo de Ajustamento de
446 Conduta – TAC é apenas um procedimento, uma parte dos processos de conciliação,
447 mas, esse documento deve fazer parte de uma discussão mais ampla, que avalie quais
448 serão as estratégias e procedimentos se a conciliação for implementada no Sistema
449 Conselhos de Psicologia. Ademais, sugeriu criar um GT para fazer dialogar com os
450 CRPs, a categoria e a sociedade, além de fazer um estudo jurídico em relação a
necessidade (ou não) de alterações no Código de Processamento Disciplinar – CPD. Em
seguida, a mesa diretora abriu as inscrições. A delegada Monalisa Nascimento dos

Aluizio

Murilo

[Handwritten signature]

Magnus

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signatures]

Santos Barros sugeriu que o GT Revisão da Política de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia seja recomposto e suas atividades sejam ampliadas para atender também a questão da conciliação e possibilidade de revisão do CPD. O delegado Ilmar Costa Lima sugeriu que seja acrescentada à tarefa do GT, a inclusão de critérios para a conciliação, fazendo diferenciação entre a arbitragem, a conciliação e a mediação, bem como a formação efetiva de mediadores nos CRPs. A delegada Graça Maria de Carvalho Câmara resgatou que o GT Revisão de Orientação e Fiscalização cumpriu algumas etapas do cronograma e parou em um determinado momento. A delegada destacou que o CRP 06 reuniu subsedes, gestores, colaboradores e enviou vários indicativos baseados nos eixos do roteiro. Por isso, defendeu que o trabalho não seja perdido e que o GT volte às suas atividades, em especial, as oficinas que podem incluir a Ética para discutir os processos de conciliação. Sobre o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, a delegada Graça Maria de Carvalho Câmara explicou que o CRP 06 já adota o Termo de Orientação, antes de abrir um processo ético. A primeira rodada foi encerrada e o plenário pediu para a mesa diretora abrir mais inscrições. A delegada Maria Eunice Figueiredo Guedes explicou que o CRP 10 tem feito reuniões com a ética, fiscalização e outras comissões para pensar para além da questão da punição. A delegada Marília de Oliveira alertou que as propostas colocadas são de mediação e não de conciliação haja vista que na mediação, as pessoas envolvidas constroem a solução e, na conciliação, é o conciliador que propõe a solução. A delegada Sandra Valéria Nogueira Alves Silva sugeriu que o documento seja revisado, observando a retirada dos artigos revogados pela Resolução 1/06, bem como a inclusão de artigos que a mesma resolução editou. Nesse momento, instalou-se um pequeno debate sobre a mediação e conciliação. O delegado Luiz Fernando de Oliveira Saraiva defendeu que, tendo em vista as possibilidades da autarquia, o CRP 06 entende que o mais adequado é a conciliação. Sobre esse assunto, o delegado Ilmar Costa Lima ponderou que a conciliação é um instituto dentro do processo, seja ele administrativo ou jurídico, enquanto a mediação é a técnica que está presente dentro da conciliação. Encerradas as falas, os encaminhamentos aprovados por unanimidade foram: reedição do GT para cumprir a tarefa incluindo um quinto eixo que é a discussão dos processos da conciliação; aproveitar o trabalho realizado até o momento pelo GT e realizar a oficina; nas suas proposições, o GT deverá observar a legislação vigente; considerar que o trabalho vá para além da ética e orientação. O GT foi composto pelos CRPs 04, 06, 08, 09, 10, 12 e CFP. O ponto foi encerrado e passou-se à discussão do GT para Evidenciar a Resolução CFP nº 18/2002. **7.4. GT PARA EVIDENCIAR A RESOLUÇÃO CFP Nº 18/2002.** Participaram do ponto: CFP: Monalisa Nascimento dos Santos Barros, Sandra Maria Francisco de Amorim e Deise Maria do Nascimento; CRP-01: Cynthia Rejanne Correa Araujo Ciarallo e Sueli Francisca Vieira; CRP-02: José Hermes de Azevedo Junior e Murilo Tolêdo Calafange; CRP-03: Clarissa Paranhos Guedes e Victor Brandão Ribeiro; CRP-04: Elaine Maria Do Carmo Zanola Dias de Souza, Marisa Estela Sanabria Bourman e Roberto Chateaubriand Domingues; CRP-05: Cristiano Rodrigues de Freitas, Maria da Conceição Nascimento e Jane Calhau Mourão; CRP-06: Eliza Zaneratto Rosa, Adriana Eiko Matsumoto e Graça Maria de Carvalho Camara; CRP-07: Zuleika Kohler Gonzales, Cristiane Bens Pegoraro e Lígia Hecker Ferreira; CRP-08: Liliane Ocalxuk, Maria Stella Aguiar Ribeiro e Guilherme Bertassoni da Silva; CRP-09: Sandra Valéria Nogueira Alves Silva e Ériko Netto de Lima; CRP-10: Jureuda Duarte Guerra; CRP-11: Elton Alves Gurgel e Luanã Leão Cunha; CRP-12: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues e Igor Schutz dos Santos; CRP-13: Ana Sandra Fernandes e Helga Hofmann; CRP-14: Norma Celiane Cosmo; CRP-15: José Félix Vilanova Barros e Nilo Rosalvo Calheiros Borba; CRP-16: Hildicéia dos Santos

Santos
Mourão
Nogueira
Saraiva
Barros
Amorim
Deise
Rejanne
Sueli
Vieira
Herms
Murilo
Clarissa
Victor
Elaine
Marisa
Roberto
Cristiano
Maria da
Jane
Eliza
Adriana
Zuleika
Cristiane
Lígia
Guilherme
Liliane
Maria Stella
Guilherme
Sandra
Ériko
Elton
Luanã
Jaira
Igor
Ana Sandra
Helga
Norma
José Félix
Nilo
Hildicéia

Ilmar
Luiz
Marília
Sandra
Deise
Monalisa
Sandra
Elton
Luanã
Jaira
Igor
Ana
Helga
Norma
José
Nilo
Hildicéia

Affonso; CRP-17: Rodrigo Costa de Oliveira; CRP-18: Luiz Guilherme Araújo Gomes; CRP-19: Alberto de Jesus Orge Rocha; CRP-20: Magaly Silva de Oliveira e Gibson Alves dos Santos; CRP-21: Palônia Andrade Arrais; CRP-22: Moara de Oliveira Gamba; e, CRP-23: Eduardo Fagner Machado de Pinho. A delegada Deise Maria do Nascimento apresentou o ponto explicando que, a pedido do CRP 02, esse ponto foi debatido na APAF de dezembro de 2012, que por sua vez, formou o GT para evidenciar a Resolução CFP 18/2002 com a seguinte composição: CFP, CRP 02, 03, 05, 20 e 06 que foi incluído posteriormente. Como consultoras *ad hocs*, contribuíram também a Maria Lúcia da Silva e Maria de Jesus Moura, suplente e titular, respectivamente, do CFP no Conselho da Igualdade Racial. Na APAF de maio de 2013, foram aprovadas várias atividades para evidenciar a Resolução 18/2002 das quais já foram produzidos debates, cartazes, folders, textos, entre outros, porém, há outras que precisam ser continuadas. Na Reunião entre Presidentes, a convidada Mônica Alves de Oliveira Gomes da Secretaria Especial de Políticas Públicas e Igualdade Racial (SEPPIR) realizou um debate sobre o "Enfrentamento do Racismo Institucional" e, ao final, foi sugerido que o CFP verifique a possibilidade de fazer uma parceria com a SEPPIR para o enfrentamento do racismo institucional por meio de oficinas de sensibilização, por exemplo. As inscrições foram abertas e a delegada Monalisa Nascimento dos Santos Barros informou que encontra-se em consulta pública o documento "Relações Raciais: Referências Técnicas para a Prática da(o) Psicóloga(o)" que está sendo construída pelo CREPOP. Por isso, sugeriu que os CRPs divulguem esse documento e apoiem o II Encontro Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(s) das Relações Raciais e Subjetividades - II PSINEP. A delegada Adriana Eiko Matsumoto defendeu a continuidade do GT ressaltando a importância da transversalização das questões étnico-racial nas políticas de orientação e fiscalização e de outros temas a serem debatidos, tais como: obrigatoriedade (ou não) do quesito "cor e raça" no Cadastro Nacional; ideologia da democracia racial, em especial, discriminação em função dos eventos internacionais, como a Copa do Mundo; higienismo; cotas nas universidades públicas; entre outros. Outros delegados concordaram com a continuidade do GT e sugeriram ampliar a pesquisa, proposta nas atividades do GT, para o estudo das práticas dos psicólogos negros, índios ou brancos no que tange a questão do racismo; revisar a Resolução CFP nº 18/2002; e, estreitar o diálogo com a Articulação Nacional dos Psicólogos Negros e Pesquisadores - ANPSINEP. Nesse momento foi levantado um debate sobre a adesão ao programa de combate ao racismo institucional da SEPPIR. Foi esclarecido que o programa tem um histórico, já foi utilizado por algumas prefeituras no Brasil e adotado pela SEPPIR, mas não é da SEPPIR. Em seguida, a delegada Deise Maria do Nascimento sugeriu que o nome do GT seja uma terminologia que abarque todas as suas atividades uma vez que esse grupo não está apenas evidenciando a Resolução CFP nº 18/2002 e, que as relações com a SEPPIR sejam ampliadas para o Sistema Conselhos de Psicologia organizar um plano de ação voltado para o enfrentamento do racismo institucional a partir do programa já existente. Encerrada a primeira rodada de inscrições, a mesa diretora, passou à conferência dos encaminhamentos. A delegada Cynthia Rejanne Correa Araujo Ciarallo sugeriu incluir nos encaminhamentos articulação com o Conselho de Juventude, principalmente pelo mote do genocídio da juventude negra; e com a Secretaria da Juventude. O delegado Roberto Chateaubriand Domingues solicitou esclarecimento sobre a obrigatoriedade do quesito cor e raça no Cadastro Nacional uma vez que a cor é autorreferida e o psicólogo pode não querer declará-la, além disso, pode ser mais eficaz uma sensibilização para a categoria apropriar-se desse item. Então, para discussão dessa questão, a mesa diretora abriu uma rodada de inscrições. Vários delegados defenderam a obrigatoriedade do preenchimento

[Handwritten signatures and initials on the left margin]

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

603
604
605
606
607
608
609
610
611
612
613
614
615
616
617
618
619
620
621
622
623
624
625
626
627
628
629
630
631
632
633
634
635
636
637
638
639
640
641
642
643
644
645
646
647
648
649
650

Angelucci, Fernanda Magano, Graça Marchina, Humberto Verona, Irani Tomiatto, Marcos Ferreira e Rogério Gianini. Além da curadoria, foi montada uma Comissão de Programação com Acácia Santos, Ana Bock, Graça Gonçalves, Irani Tomiatto, Mônica Gianfaldoni e Sérgio Leite. Para qualificação e mobilização das áreas, havia profissionais com experiência e reconhecimento que localizaram práticas inovadoras, relevantes, criativas e que tinham relação com a construção do bem comum. A amostra foi realizada, em São Paulo, entre os dias 20 e 22 de setembro de 2012 e contou com aproximadamente 30 mil pessoas. Compuseram o evento mais de 4000 mil pôsteres, sendo 300 vídeos sobre as práticas profissionais e psicológicas dentro de 14 processos diferentes; 28 mesas redondas, sendo duas para cada processo de trabalho; 40 mesas temáticas com questões do campo ético, técnico e político da profissão. A delegada Monalisa Nascimento dos Santos Barros destacou que o mais importante legado da mostra foi romper a dicotomia que existe dentro da categoria na forma de cada um se localizar. Houve épocas que os psicólogos se dividiam pelas teorias com as quais se compartilhava a visão de homem e de mundo (gestalt, fenomenologia, psicanálise, cognitivismo, entre outros). Com a emergência das políticas públicas os psicólogos passaram a se dividir por áreas de trabalho: saúde, educação, trânsito, justiça, entre outras. Na II Mostra, entretanto, as apresentações foram reconhecidas em 14 processos de trabalho, por exemplo, processo de avaliação, processo de acolhimento. E, salientou que não houve inscrições para a categoria "outros processos", concluindo-se, portanto, que todos se localizaram nos processos estabelecidos. Continuando a sua fala, a delegada Monalisa Nascimento dos Santos Barros lembrou que na APAF de dezembro de 2012 foi autorizada a publicação dos seguintes materiais da II Mostra: mesas de processos, mesas temáticas e os filmes da sala Vladimir Herzog. Para tanto, o GT convidou a comissão responsável pela programação da Mostra para compor a Comissão Editorial dessas publicações: Acácia Santos, Ana Bock, Graça Gonçalves, Irani Tomiatto, Mônica Gianfaldoni e Sérgio Leite. Dessa forma, essa comissão está organizando 14 livros (cada livro corresponde a um processo) que estão sendo intitulado de "Produtos da Mostra". Os palestrantes das mesas temáticas já entregaram os seus textos (serão considerados três textos por processo) e a comissão editorial está fazendo uma análise descritiva com o auxílio de duas estagiárias que estão produzindo quadros cujas informações estão sendo analisadas por um software que permite uma leitura qualitativa desse conteúdo. Quanto à sala Vladimir Herzog concluiu-se que a reunião de todos os materiais em uma plataforma única e a transformação em filme exige um alto investimento financeiro. Por fim, a delegada informou que o CRP 06 se colocou à disposição para dar apoio aos próximos trabalhos da Comissão Editorial até a conclusão e publicação dos Produtos da II Mostra. Para tanto, a APAF deve referendar esse trâmite com a ressalva de que as publicações sejam realizadas em parceria com editoras para que não haja custo financeiro para o CRP 06. As inscrições foram abertas e a delegada Eliza Zaneratto Rosa, corroborou a importância de sistematizar os produtos da II Mostra como forma de ter o trabalho dos psicólogos sistematizado e organizado, além de marcar os avanços da Psicologia nos dias atuais. Quanto às publicações dos livros, a delegada sugeriu que sejam analisadas outras formas de publicações, por exemplo, em meio digital. Ao final, indicou que os produtos da II Mostra sejam incluídos como projeto da conta divulgação, haja vista que a editoração do material, por exemplo, pode precisar de recursos financeiros. A delegada Jaira Terezinha da Silva destacou a riqueza dos trabalhos e visibilidade do evento na América Latina e outros países, portanto, também concordou com a inclusão dos produtos como um projeto da Conta Divulgação. Em regime de votação, os seguintes encaminhamentos foram aprovados com 30 votos favoráveis, 7 contrários e 2 abstenções: que o CRP-06 continue apoiando a publicação

[Handwritten signatures and initials on the left margin]

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Large handwritten signatures and initials at the bottom of the page]



653 dos produtos da II Mostra; e, incluir os produtos da II Mostra Nacional de Práticas em
654 Psicologia como projeto da conta divulgação. O ponto foi encerrado e passou-se à
655 discussão do CREPOP. **8. CREPOP.** Participaram do ponto: CFP: Monalisa
656 Nascimento dos Santos Barros, Aluizio Lopes de Brito e Deise Maria do Nascimento;
657 CRP-01: Cynthia Rejanne Correa Araujo Ciarallo e Sueli Francisca Vieira; CRP-02:
658 José Hermes de Azevedo Junior e Murilo Tolêdo Calafange; CRP-03: Clarissa Paranhos
659 Guedes e Liliane Alves da Luz Teles; CRP-04: Roberto Chateaubriand Domingues,
660 Ricardo Figueiredo Moretzsohn e Marília de Oliveira; CRP-05: Alexandre Trzan Avila,
661 José Novaes e Maria da Conceição Nascimento; CRP-06: Eliza Zaneratto Rosa, Adriana
662 Eiko Matsumoto e Luis Fernando de Oliveira Saraiva; CRP-07: Alexandra Maria
663 Campelo Ximendes, Cristiane Bens Pegoraro e Anderson Laurindo da Silva Comin;
664 CRP-08: Cleia Oliveira Cunha, Liliane Ocalxuk e Rosangela Maria Martins; CRP-09:
665 não participou do ponto; CRP-10: Maria Eunice Figueiredo Guedes; CRP-11: Elton
666 Alves Gurgel e Luana Leão Cunha; CRP-12: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues e
667 Anderson Luis Schuck; CRP-13: Ana Sandra Fernandes e Helga Hofmann; CRP-14:
668 Norma Celiane Cosmo; CRP-15: José Félix Vilanova Barros e Nilo Rosalvo Calheiros
669 Borba; CRP-16: Hildicéia dos Santos Affonso; CRP-17: Rodrigo Costa de Oliveira;
670 CRP-18: Marisa Helena Alves; CRP-19: Alberto de Jesus Orge Rocha; CRP-20:
671 Magaly Silva de Oliveira e Gibson Alves dos Santos; CRP-21: Hivana Raelcia Rosa da
672 Fonseca; CRP-22: Moara de Oliveira Gamba; e, CRP-23: Tássio de Oliveira Soares. A
673 palavra foi dada à delegada Monalisa Nascimento dos Santos Barros que explicou que o
674 Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP, fundado
675 em 2006, é uma ferramenta do Sistema Conselhos de Psicologia para construir
676 referências técnicas para a atuação dos psicólogos em políticas públicas, objetivando
677 ampliar a atuação dos psicólogos na esfera pública, expandir a contribuição profissional
678 da Psicologia na sociedade brasileira e, conseqüentemente, colaborar para a promoção
679 dos direitos humanos no País. Em 2006, o CREPOP foi implantado nos 16 Conselhos
680 Regionais e produziu 6 pesquisas. Atualmente, está presente nos 23 CRPs e já
681 pesquisou 22 políticas públicas com atuação de psicólogos; contou com a contribuição
682 de 6.778 psicólogos que trabalham em políticas públicas; realizou três Seminários
683 Nacionais de Políticas Públicas, sendo dois sobre a Psicologia no SUAS e um sobre a
684 metodologia de pesquisa; e, publicou 44 relatórios, 14 referências técnicas, dois
685 cadernos com orientações para gestores locais da Assistência Social e da Saúde, uma
686 publicação sobre sua metodologia de pesquisa. A delegada continuou sua fala
687 esclarecendo que o CREPOP busca identificar a presença da Psicologia nas políticas
688 gerais e nos programas de ação desenvolvidos em diferentes níveis de gestão, bem
689 como as características da atuação dos psicólogos nessas políticas. Quanto à
690 metodologia da pesquisa, é dividida em três circuitos: o primeiro circuito é o
691 levantamento dos dados; o segundo circuito é o mapeamento da localização do
692 psicólogo naquela política para produção da pesquisa quantitativa que é um questionário
693 online aplicado em psicólogos, gestores e outros profissionais que trabalham com o
694 psicólogo para produção de um relatório preliminar, que por sua vez, é publicado no
695 site; e, o terceiro circuito é a elaboração de uma versão preliminar do texto, pela
696 Comissão de Especialistas *Ad Hoc*s, formada a partir de indicação dos CRPs, que entra
697 em consulta pública para as pessoas fazerem suas sugestões. Posteriormente, as
698 sugestões são sistematizadas e devolvidas a Comissão de Especialistas *Ad Hoc*s para
699 finalização do relatório. A delegada Monalisa Nascimento dos Santos Barros informou
700 também que o CREPOP estará lançando mais cinco referências técnicas: Alcool e
Drogas que foi lançada nesta data. Mobilidade e Trânsito, Educação Inclusiva, Relações
Raciais e Atenção Básica à Saúde que já estão ou entrarão em consulta pública. Além

[Handwritten signature]

703
704
705
706
707
708
709
710
711
712
713
714
715
716
717
718
719
720
721
722
723
724
725
726
727
728
729
730
731
732
733
734
735
736
737
738
739
740
741
742
743
744
745
746
747
748
749
750

disso, o CREPOP está assessorando as Comissões de Especialistas *Ad Hoc*s de Psicologia Hospitalar, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Diversidade Sexual e Psicologia do Esporte que está construindo o texto final. Ademais, o Encontro Nacional do CREPOP de 2013 indicou que a APAF aprove apenas um ciclo de pesquisa para 2014, haja vista que 13 referências estão em andamento e demandam muito trabalho para os técnicos, dentre as seguintes propostas de temas: Atuação dos Psicólogos em Direitos Sexuais e Reprodutivos; Atuação dos Psicólogos como Gestores Públicos; Atuação dos Psicólogos em Políticas para Pessoas com Deficiências. Foi sugerido também construir uma Referência para Atuação dos Psicólogos na Política para Populações indígenas, populações tradicionais e comunidades quilombola, sem pesquisa, pois, é uma política muito nova e que ainda não tem número de psicólogos mapeados suficiente para pesquisa. Por fim, há também a indicação de rever a proposta do GT de Política Indutora de Uso Científico e Acadêmico e de Gestão Pública dos dados do CREPOP, já que há um acervo de dados muito grande e importante que não é disponibilizado para o público. Nesse momento, as inscrições foram abertas. A delegada Adriana Eiko Matsumoto ressaltou a potência do CREPOP e alertou que o tema Atuação dos Psicólogos como Gestores Públicos não deve ser pesquisado ainda porque a metodologia de pesquisa atual do CREPOP pode não dar conta da ação com os gestores e, na sua opinião, é necessário um plano de trabalho para acumular mais conhecimentos e estratégia de metodologia para pesquisa com gestores. A delegada defendeu, entretanto, que a Atuação dos Psicólogos em Políticas para Pessoas com Deficiências seja priorizada para dar mais visibilidade ao tema que reúne várias políticas públicas e que tem sido tema de convenções internacionais que o Brasil tem assinado. Por fim, concordou com a Referência para Atuação dos Psicólogos na Política para Populações indígenas, populações tradicionais e comunidades quilombola, sem pesquisa. A delegada Alexandra Maria Campelo Ximenes informou que o CRP 07 tem desenvolvido algumas práticas regionais a partir do CREPOP, pois, alguns psicólogos demandaram a permanência de alguns grupos de encontro que estão ocorrendo em todo o espaço e estão sendo bastante populosos e produtivos. Além disso, o CRP 07 criou um plano de ação para realizar discussão sobre as temáticas das políticas públicas em todas as universidades do Estado; e, integrou a técnica do CREPOP na Comissão de Orientação e Fiscalização o que tem trazido ganhos nesse sentido. Por fim, a delegada defendeu que o tema para pesquisa a ser priorizado em 2014 seja a Atuação dos Psicólogos em Direitos Sexuais e Reprodutivos por ser um tema previsto no CNP e por permitir abarcar a questão da laicidade, a discussão do estatuto nascituro, a questão do aborto, entre outros que permeiam esse tema. Mais delegados se manifestaram a favor de realizar a pesquisa sobre a Atuação dos Psicólogos em Direitos Sexuais e Reprodutivos pelo fato de o ano de 2014 ser um ano eleitoral, por haver instituições que tentam criar uma reversão de orientação sexual, pela preocupação com a questão do fundamentalismo e com as tentativas de ataque à Resolução CFP 01/1999. Da mesma forma, houve também várias defesas pela pesquisa na Atuação dos Psicólogos em Políticas para Pessoas com Deficiências por ser um tema que o Sistema Conselhos de Psicologia desenvolveu muito pouco e ainda não produziu algo representativo, a não ser o Jornal Federal em braille. Entretanto, houve consenso em dialogar com os gestores por meio dos documentos do CREPOP, conforme sugerido no Encontro Nacional do CREPOP, uma vez que é preciso analisar se a metodologia de pesquisa do CREPOP pode ser adaptada para pesquisar a Atuação dos Psicólogos como Gestores Públicos. Quanto a Referência sobre Atuação dos Psicólogos na Política para Populações indígenas, populações tradicionais e comunidades quilombola, alguns delegados argumentaram a favor da realização de pesquisa, em vez de consultar especialistas. Em

[Handwritten signatures and initials on the left margin]

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

relação ao uso do banco de dados CREPOP, houve acordo pelo compartilhamento dessas informações desde que sejam utilizados para fins que estejam em consonância com todos os princípios éticos e de garantia de direitos que o Sistema Conselhos tem defendido. Ademais, o delegado Anderson Luis Schuck lembrou que no Encontro Nacional do CREPOP houve a sugestão de dar mais centralidade ao CREPOP e incorporar essa ferramenta de gestão, inclusive, os CRPs devem incorporar gradativamente os seus técnicos até para o Conselho Federal utilizar os recursos financeiros na ampliação das publicações e equipamentos. Nesse momento, a delegada Monalisa Nascimento dos Santos Barros corroborou a necessidade dos Conselhos Regionais absorverem gradualmente os custos com os seus técnicos a fim de que o recurso financeiro da conta divulgação possa ser remanejada para publicações. A delegada elucidou também que o Ministério do Desenvolvimento Social procurou o CFP solicitando mais publicações para municiar os seus técnicos e propôs pagar pela reedição de números esgotados, mantendo a autoria do CREPOP e do CFP, para distribuir as publicações nos CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. Diante dos dissensos, a mesa diretora, colocou em regime de votação a forma de realização da Referência sobre Atuação dos Psicólogos na política para populações indígenas, populações tradicionais e comunidades quilombola. Foi aprovada a construção dessa referência com especialistas, sem pesquisas, com 37 votos favoráveis, 5 votos contrários e 3 abstenções. Em seguida, foi também colocado em regime de votação o tema da pesquisa a ser realizada em 2014 pelo CREPOP. Foi aprovado o tema Atuação dos Psicólogos em Direitos Sexuais e Reprodutivos com 37 votos favoráveis e 5 contrários. Por fim, seguem os demais encaminhamentos aprovados: acumular uma discussão retomando informações que temos de outras pesquisas; divulgar referências para população e gestores; divulgar nas universidades; trabalhar com dados das pesquisas, garantindo cuidados éticos; manter o CREPOP – Importante instrumento de gestão nos Conselhos; realizar parceria com Ministérios para reprodução das publicações; garantir que as publicações em andamento cheguem a sua conclusão com a manutenção das Comissões já constituídas. O GT da Política Indutora foi recomposto pelos CRPs 05, 07, 08, 10, 12, 16, 17, 18, 20 e CFP, para pensar também o remanejamento paulatino e gradual do ressarcimento dos técnicos para os Conselhos Regionais. Assim, a delegada Eliza Zaneratto encerrou os trabalhos da segunda sessão da APAF às 17 horas. Nada mais havendo a tratar, eu, Deise Maria do Nascimento, Secretária *ad hoc*, lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

Brasília, 15 de dezembro de 2013.

Handwritten signature

Handwritten signature